

Operadoras criam modelo de negócios no qual montam operações sem volta para mudar a atual legislação

As operadoras de telefonia, cada uma da sua maneira, estão adotando uma interessante estratégia para dobrar o governo federal em relação à modernização do mercado brasileiro de telecomunicações. As conversas em Brasília continuam na pauta dos executivos, mas há várias medidas em andamento capazes de criar um caminho sem volta. Proibidas, por exemplo, de atuarem no setor de TV por Assinatura as telefônicas se movimentam na direção de criar fatos consumados. Em alguns casos estruturam novas operações no modelo que pode ser considerado próximo ao limite da legalidade. As empresas estão longe de defender a desobediência civil. O que elas rejeitam é a teimosia de parte do governo em não entender que o mundo mudou e o Brasil precisa mudar junto como já aconteceu nos países mais desenvolvidos. O caso da venda da TVA para a espanhola Telefônica é emblemático. Sob o ponto de vista jurídico, a operadora fez todos os estudos e análises para não se ex-



Fato consumado

por legalmente, mas deixar a discussão no campo político. Para atender a exigência da Lei do Cabo, que não permite o controle do capital estrangeiro em negócios de TV a cabo, os espanhóis ficaram com 49%. Esse impedimento não existe na tecnologia MMDS (transmissão dos sinais por antenas de microondas) e aqui a Telefônica levou com 100% da operação. “É

só uma questão de tempo para a operadora assumir o restante do negócio”, afirma um executivo de mercado. “Essa estratégia das empresas de telefonia é aquilo que podemos chamar do popular de “goela abaixo” no governo.” A Telemar fez algo parecido quando comprou a Way TV em Minas Gerais. Por R\$ 132 milhões ficou com o controle da empresa. Os acionistas ainda não receberam o

dinheiro, depositado numa conta do Banco do Brasil, porque a Agência Nacional de Telecomunicações não se pronunciou oficialmente sobre a aquisição. “Não sei por que estão demorando? Tudo foi feito dentro da legalidade”, afirmou Luiz Falco durante recente evento em São Paulo.

A confusão ficará maior e nesse momento o princípio do fato consumado ficará bem claro quando as operadoras colocarem no ar seus serviços de televisão pela internet, o IPTV. Há vários testes em andamento, mas ninguém se aventurou em montar pacotes comerciais para seus usuários porque a tecnologia de vídeo pela internet ainda não se mostrou estável. Quando essa barreira for quebrada as empresas de telefonia colocarão o bloco na rua na tentativa de pressionar o governo pela mudança nas regras do jogo atual que as impede de concorrer com a TV Globo. “Quem deve ser o árbitro desse jogo é o consumidor”, afirma Ricardo Knoepfelmacher.